

O negócio da pandemia

Nuno Veludo, assessor do Bloco na Câmara de Lisboa e investigador em relações internacionais

As vacinas contra a COVID-19 são um exemplo de que entre a vida das pessoas e o lucro, o capitalismo escolhe sempre o último. A esperança de que a produção em tempo recorde de uma vacina através da cooperação científica internacional com investimento público iria salvar o mundo rapidamente chocou contra os interesses de grandes grupos farmacêuticos multinacionais. O lucro à frente da saúde é o *modus operandi*.

As vacinas americanas e europeias aprovadas da Pfizer, AstraZeneca e Moderna, só terão alcance para proteger em 2021 um terço do mundo. Das 1,35 mil milhões de doses que a Pfizer conta produzir em 2021, mil milhões já estão destinadas aos países mais ricos. Já a Moderna vendeu 780 milhões de doses, aos mesmos países mais ricos, das mil milhões de doses que conta produzir. O açambarcamento de vacinas por estes países deixa assim os países em desenvolvimento à mercê de jogos e disputas geopolíticas.

A Pfizer, Moderna e a Johnson & Johnson acumularam 125,3 mil milhões de receita durante 2020 com a pandemia. Apesar de a vacina da Pfizer custar menos de 20 dólares, é esperado que renda um total de 15 mil milhões de dólares a esta farmacêutica, com uma margem de lucro a rondar os 30%. A Moderna obteve em 2021 resultados positivos na ordem dos 16 mil milhões, as suas ações valorizaram-se em mais 187% nos últimos 12 meses, e a sua receita cresceu 13 vezes face ao ano anterior à pandemia.

Sejamos claros, cada dólar de lucro em matéria de emergência de Saúde Pública

Global são milhares de vidas perdidas, para a doença e para a crise social.

Esta atitude do interesse capitalista na doença não é uma novidade trazida pela COVID-19. Em 2019, 1,4 milhões de pessoas morreram de tuberculose e 95% dessas mortes foram em países em desenvolvimento. Apesar disso, a Johnson & Johnson cobrou 1,200 dólares por tratamento, que entretanto reduziu para 400 dólares, quando estudos indicam que este tratamento poderia ser vendido por valores entre os 48 e os 102 dólares e ainda assim gerar lucro.

Já ficou claro que deixar a saúde à mercê do mercado apenas serve os interesses capitalistas de alguns em detrimento da saúde de muitos. Os interesses em torno do negócio da doença lutam com todas as forças para assim o manter. O caso das patentes das vacinas contra a COVID-19 é o mais recente exemplo. Apesar dos cerca de 7,5 mil milhões de euros em investimento público para a obtenção de vacinas em tempo recorde, as suas patentes estão na mão de empresas privadas.

As vacinas que deviam ser um bem público global, rapidamente se tornaram um bem comercial privado, na mão de poucos, impedindo assim a produção descentralizada e de se usar a total capacidade de produção mundial. Um dos argumentos para a proteção das patentes é de que estas asseguram incentivos para a inovação. Puro oportunismo capitalista! A inovação veio essencialmente de financiamento público, não da “mão invisível” do mercado.

A dominação do Mercado em detrimento da prioridade da Saúde Pública e dos direitos humanos, abre espaço para o agravamento do fosso entre o Norte Global e o Sul Global e para o aumento da desigualdade social. Ao atual ritmo de vacinação, serão necessários cerca de 4,7 anos para cobrir 75% da população mundial com uma vacina de duas doses. É inaceitável. É necessário e urgente quebrar a propriedade das patentes e assegurar a produção descentralizada e a venda a preço de custo para que a vacina seja de facto um bem público global, ou seja, gratuita, universal e de fácil acesso.